



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
NÚCLEO DE DEPOIMENTO ESPECIAL**

OFÍCIO Nº 235/2023-NUDEPE

Assunto: Depoimento Especial e Alienação parental

Fortaleza, 20 de outubro de 2023.

Aos Exmos. Juízes de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Senhores(as) Juízes(as),

Ao tempo em que cumprimento Vossas Excelências, compartilho algumas considerações sobre o pedido de depoimento especial nas ações em que há alegação da prática de alienação parental.

A Lei nº 13.431/2017 conceitua, como sabemos, em seu art. 8º, o **Depoimento Especial** o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

O Depoimento Especial é **ato único**, prestado pela vítima ou testemunha, apenas na presença de um Entrevistador Forense, com transmissão em tempo real para a sala de audiência.

A coleta do relato da criança ou adolescente ocorre, por meio da aplicação do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense **desenvolvido para investigação de fatos de violência**, buscando informações acerca do potencial episódio(s) ocorrido(s). Portanto, não alcança o objetivo de coleta de informações precisas no contexto de Alienação Parental.

Ademais, não há na literatura científica, até o presente momento, protocolo de entrevista desenvolvido para abordagem de situações envolvendo alegação de alienação parental.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
NÚCLEO DE DEPOIMENTO ESPECIAL**

O depoimento especial é mais adequado a crianças que estejam “prontas para revelar as situações de violência pela qual passaram e que se encontram em idade escolar”¹(Childhood - Instituto WCFBrasil : CNJ: UNICEF, 2020, p. 13).

O Art. 4º, inciso II, ‘b’, da Lei nº 13.431/2017 apresenta o ato de alienação parental como uma forma de violência psicológica e, em tese, a criança deveria ser ouvida em depoimento especial.

O ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;

Outrossim, a Lei nº 12.318/2010, específica sobre alienação parental, dispõe em seu art. 5º:

Art. 5º. Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.

§ 1º. O laudo pericial terá base em **ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial**, conforme o caso, compreendendo, inclusive, entrevista pessoal com as partes, exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da forma como a criança ou adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor. (Grifos acrescentados)

A Lei nº 14.340/2022, por sua vez, acrescentou à Lei nº 12.318/ 2010, o dispositivo abaixo acerca da alienação parental:

Art. 8º-A. **Sempre que necessário** o depoimento ou a oitiva de crianças e de adolescentes em casos de alienação parental, eles serão realizados obrigatoriamente nos termos da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, sob pena de nulidade processual. (Grifos acrescentados)

¹Protocolo brasileiro de entrevista forense com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência/ organizadores: Benedito Rodrigues dos Santos, Itamar Batista Gonçalves, Reginaldo Torres Alves Júnior . -- São Paulo e Brasília : Childhood – Instituto WCF-Brasil: CNJ: UNICEF, 2020, 74p.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
NÚCLEO DE DEPOIMENTO ESPECIAL**

Depreende-se das disposições legais e doutrinárias que a **Alienação Parental** mais que um fato, configura-se como uma dinâmica conflituosa prolongada entre as figuras de referência para a criança/adolescente, sendo melhor investigada em procedimento de avaliação psicológica e/ou biopsicossocial, o qual pode depender de **várias sessões/entrevistas, possibilitando ao profissional ter acesso a informações mais aprofundadas sobre as relações familiares** que ensejam a ocorrência do fenômeno.

Como notório que crianças ou adolescentes envolvidos em um processo de alienação parental tendem a reproduzir em sua fala a percepção, o discurso do adulto, fica mais difícil aferir o ato pela metodologia do Depoimento Especial. técnica que se propõe a entrevistar o depoente em único momento.

Até porque ao ato de alienação parental, pode-se atribuir natureza jurídica de abuso moral, conforme artigo 3º da Lei nº 12.318/2010:

Art. 3º-A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui **abuso moral** contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda. (Grifos acrescidos)

A respeito, consigno a orientação de Glícia Brazil, “O abuso moral equivale à coação moral, gerando vício de manifestação de vontade, dessa forma o depoimento nesse contexto é eivado de vício”² (p. 37), o que pode comprometer a fidedignidade do relato da criança envolvida em litígio familiar com alegação de alienação parental.

Sustenta, ainda, a autora: “...entende-se que a reprodução de falsa memória ou falso testemunho, nos casos em que a mentira é consciente pela criança ou pelo adolescente é algo que produz grande sofrimento. A criança ou o jovem acreditam que, caso ele ou ela não realizem o

2 BRAZIL, Glícia. B. de Matos. Psicologia Jurídica: A criança, o adolescente e o caminho do cuidado na justiça – Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2022.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
NÚCLEO DE DEPOIMENTO ESPECIAL**

depoimento poderão perder o amor e a aprovação do genitor alienador. Com isso, os dois principais objetivos do depoimento especial, que são trazer a prova do fato e proteger a criança, são frustrados.” (p. 38).

Nesse sentido, nas situações em que haja necessidade do estudo e análise da dinâmica familiar, objetivando identificação de atos de alienação parental, recomenda-se, inicialmente, como método mais eficaz, que o juiz determine a realização de perícia psicológica e social ou perícia biopsicossocial, conforme o disposto no Art. 5º da Lei 12.318/2010.

Diante do exposto, ficam essas considerações à criteriosa apreciação de Vossas Excelências, visando à definição da necessidade de ouvir a criança ou o adolescente por meio do depoimento especial em processos com alegação de litígios familiares, tais como disputa de guarda e alienação parental.

Atenciosamente,

Des.^a Tereze Neumann Duarte Chaves
Coordenadora do Núcleo de Depoimento Especial